ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES E VÍTIMAS DE 08 DE JANEIRO (ASFAV)
CNPJ n° 51.546.913/0001-49
SCN - Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Sala 702, Asa Norte, Brasília - DF
contatoasfav@gmail.com

PESQUISA A RESPEITO DA ANISTIA ÀS VÍTIMAS DO 08 DE JANEIRO

Setembro/2025

1. Contextualização e Metodologia

Até o momento, os números relacionados ao 8 de janeiro revelam a dimensão do processo de perseguição judicial em andamento:

- Mais de **2000** pessoas investigadas;

- **1628** ações penais abertas;

- **518** ações penais com **279** condenações pelos crimes mais graves;

- **1110** ações penais com **359** condenações pelos crimes menos graves;

- **10** absolvições;

- **552** acordos de não persecução penal (ANPP) firmados;

- **141** pessoas ainda presas;

- **44** pessoas em prisão domiciliar;

- **131** extinções por cumprimento da pena (provavelmente por cumprimento do ANPP);

- **112** execuções penais em curso;

- **61** pedidos de extradição.

A presente pesquisa foi realizada pela ASFAV, entre os dias **12 e 22 de maio de 2025**, através do Google Forms, com o objetivo de entender como as famílias e vítimas do 8/1 entendem o processo e o projeto de Lei de anistia que tramita no parlamento brasileiro.

A pesquisa contou com as respostas de **123 participantes**, entre familiares e vítimas de todo o Brasil e foi realizada com fundamento no art. 2º, inciso do Estatuto Social desta entidade, que indica que esta instituição tem como uma das suas finalidades: 'Promover a

pesquisa e publicização de toda e qualquer informação referente aos fatos ocorridos a partir de 08 de janeiro'.

Em se tratando de um universo de cerca de **2.000 famílias** afetadas, obviamente, a presente pesquisa não representa o total das opiniões, mas uma amostragem de cerca de **6,0%,** que entendemos relevante, quando comparada, por exemplo, com pesquisas eleitorais nacionais que, via de regra, analisam a opinião de **0,1%** dos eleitores.[1]

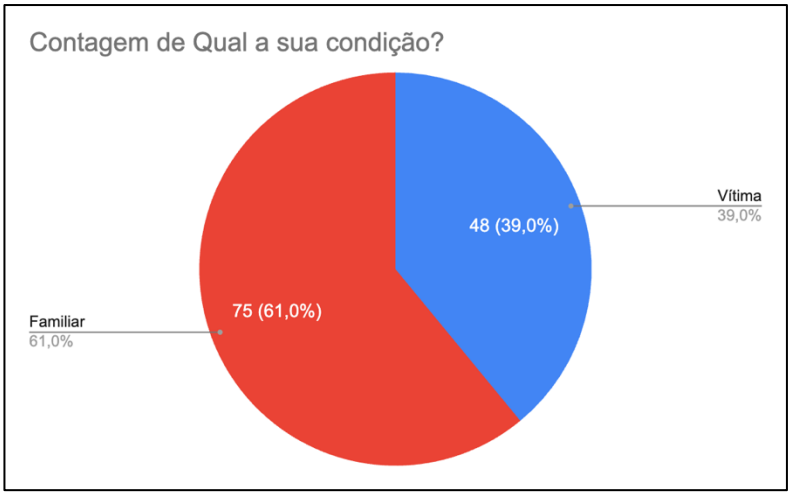
Foram descartadas algumas respostas, como por exemplo, a idade de 3 pessoas, pois estas colocaram os anos de pena (14, 15 e 17 anos) e não a sua idade.

Também, por um erro de formulação da pergunta, foram descartadas as 15 primeiras respostas da pergunta número 2.14.

A seguir, indicaremos as respostas consolidadas aos quesitos formulados, seguidas de uma breve análise.

2. Das Respostas

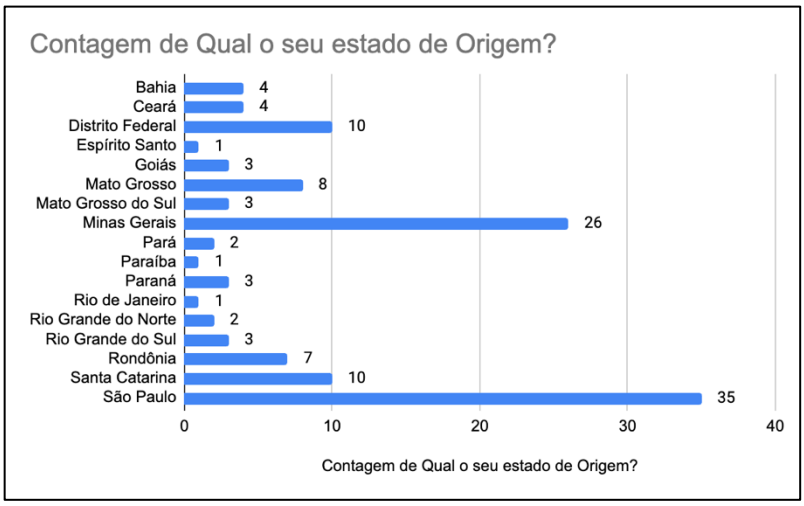
2.1. Pergunta: Qual a sua condição?



Das 123 pessoas que responderam à pesquisa 75 eram familiares e 48 eram vítimas.

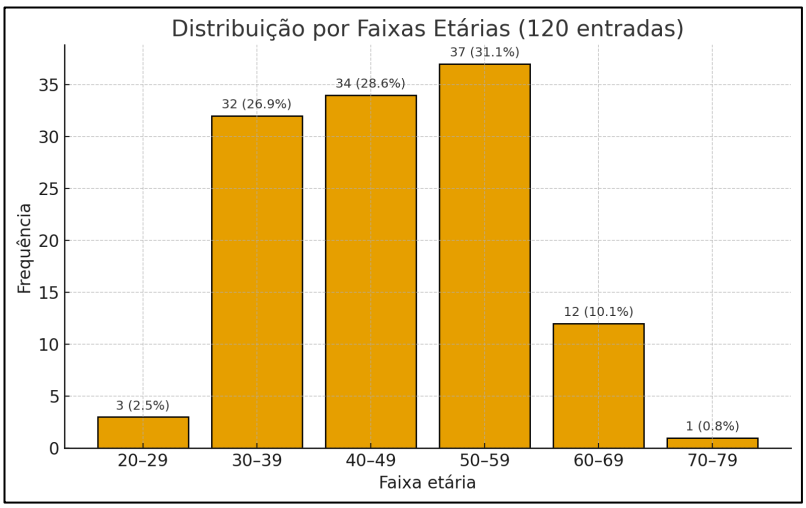
[1] https://datafolha.folha.uol.com.br/duvidas/pesquisas_eleitorais.shtml

2.2. Pergunta: Qual o seu estado de origem?



Os estados mais representados pelos participantes da pesquisa foram: São Paulo (35), Minas Gerais (26), Distrito Federal (10) e Santa Catarina (10).

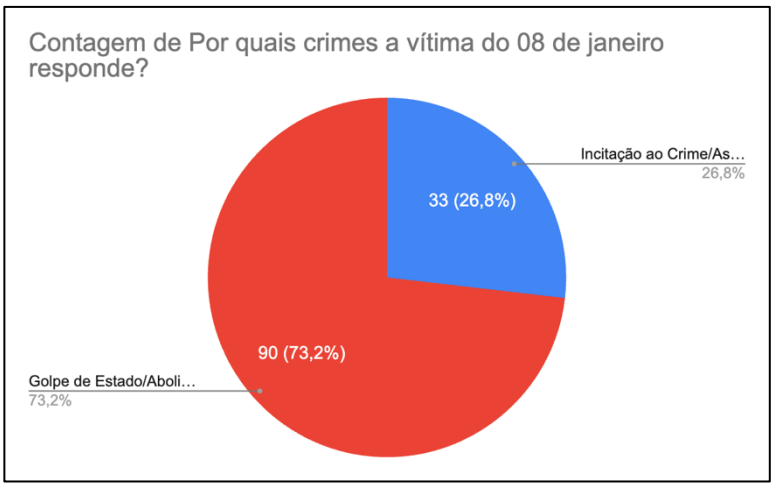
2.3. Pergunta: Quantos anos a vítima do 08 de janeiro tem?



A **idade média** das vítimas do evento de 8 de janeiro é de aproximadamente **46 anos**. A **faixa etária de 50 a 59 anos concentra o maior número de casos**, com 37 registros, o que corresponde a 30,8% do total. Já a população de pré-idosos e idosos, considerada a

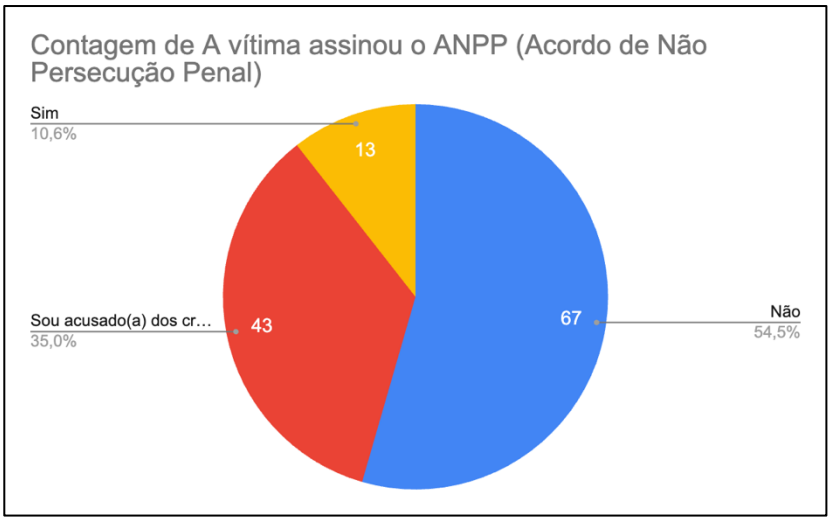
partir dos 50 anos, soma 50 pessoas (41,7% do total), evidenciando que **quase metade das vítimas tem idade mais avançada**. Dentro desse grupo, 13 pessoas têm 60 anos ou mais (10,8% do total), incluindo 12 entre 60 e 69 anos e 1 na faixa de 70 a 79 anos.

2.4. Pergunta: Por quais crimes a vítima do 08 de janeiro responde?



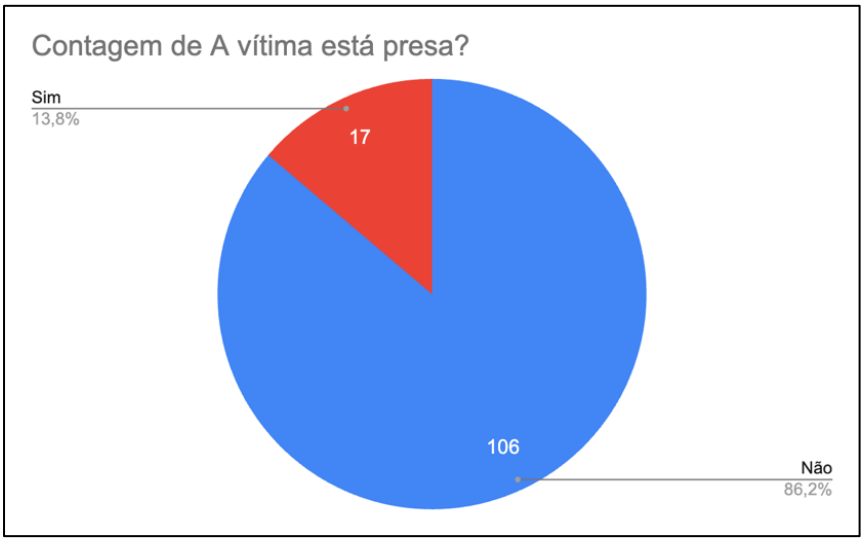
Dos 123 casos analisados, **90** (73,17%) **enfrentam acusações mais graves** (golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado), enquanto **33** (26,83%) **respondem pelos crimes menos graves** (incitação ao crime e associação criminosa).

2.5. Pergunta: A vítima assinou o ANPP (Acordo de Não Persecução Penal)?



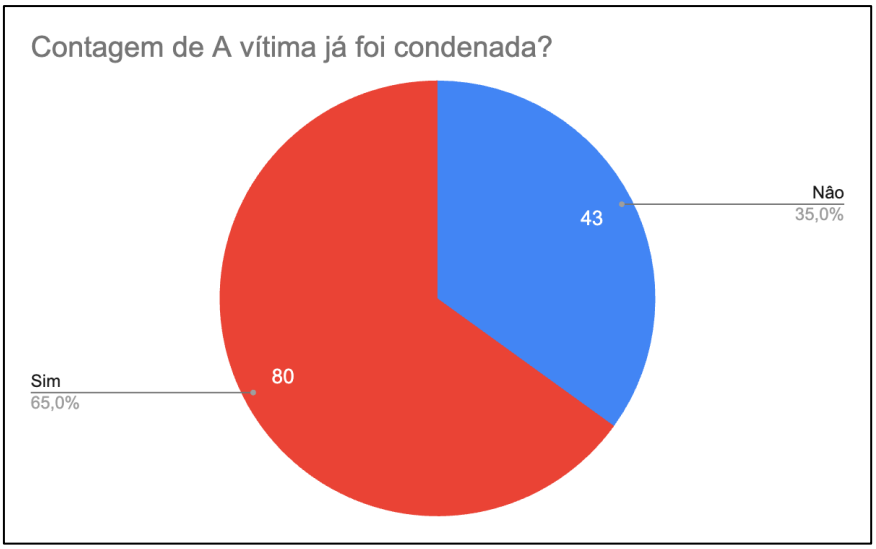
A maior parte das vítimas, 90 pessoas (73,2% do total), responde pelos crimes mais graves e, por essa razão, não tem direito ao Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Entre as 33 pessoas acusadas dos crimes menos graves, que teriam direito ao benefício, 13 (39,4%) assinaram o acordo, enquanto 20 (60,6%) permaneceram de fora. No conjunto geral, isso significa que somente 10,6% do total conseguiu celebrar o ANPP.

2.6. Pergunta: A vítima está presa?



Dos 123 casos, 17 vítimas permanecem presas (13,8%) e 106 estão em liberdade (86,2%).

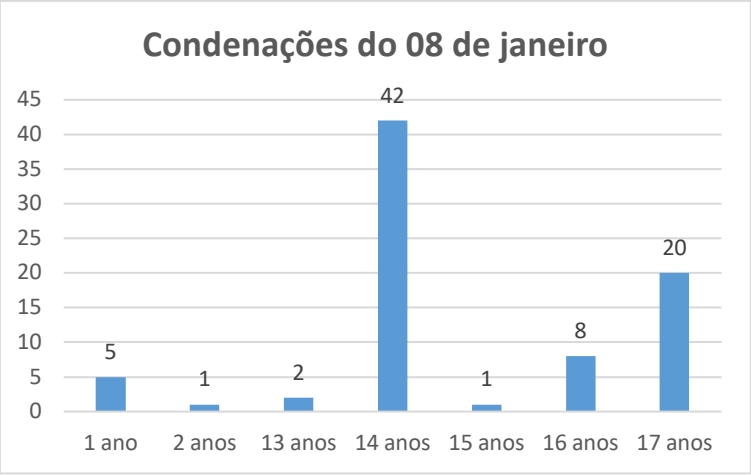
2.7. Pergunta: A vítima já foi condenada?



Dos 123 casos analisados, 80 já resultaram em condenação (65%), enquanto 43 seguem sem condenação (35%). Em comparação com o total do 8 de janeiro, em que apenas 39,2% das ações resultaram em condenações até agora, a amostra apresenta um índice significativamente mais elevado.

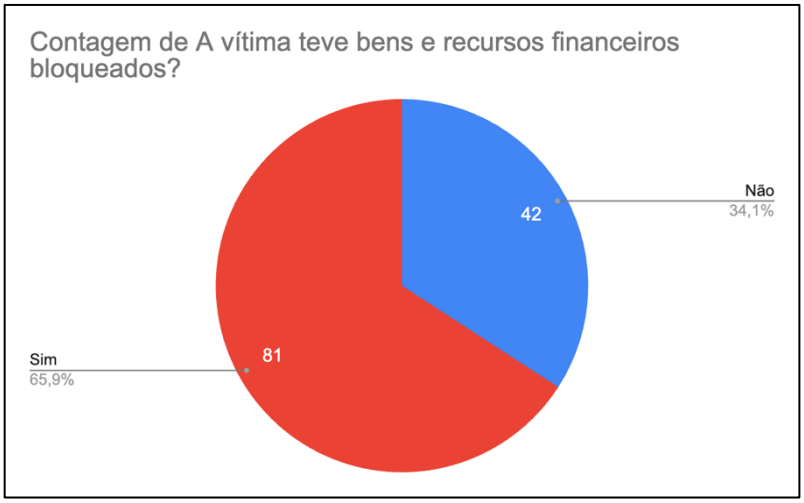
Isso indica que as vítimas e familiares pesquisados estão, em sua maioria, entre aqueles que já tiveram seus processos concluídos com sentença condenatória, refletindo um estágio mais avançado na tramitação penal em relação ao conjunto geral.

2.8. Pergunta: Se a vítima já foi condenada, a quantos anos e meses?



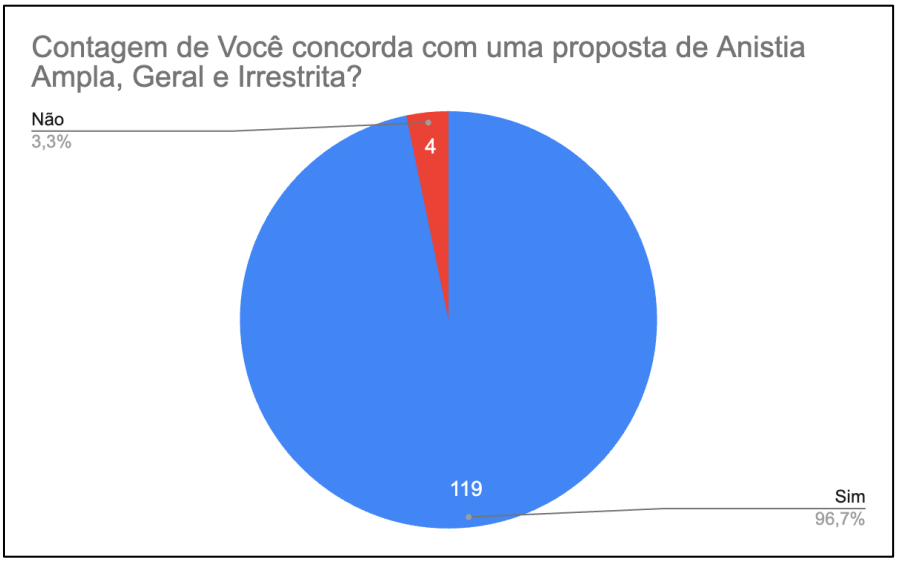
Entre os 79 condenados analisados, a esmagadora maioria recebeu penas longas, entre 14 e 17 anos. O maior grupo é o dos que foram sentenciados a **14 anos**, totalizando 42 pessoas (53,2% do total). Em seguida aparecem 20 condenados a **17 anos** (25,3%) e 8 a **16 anos** (10,1%). Apenas 2 pessoas receberam 13 anos e 1 recebeu 15 anos, enquanto penas mais leves, de 1 ou 2 anos, foram aplicadas a somente 6 casos (7,6%). O padrão revela que **88,6%** das condenações se concentram entre 14 e 17 anos, demonstrando padronização e severidade na dosimetria.

2.9. Pergunta: A vítima teve bens e recursos financeiros bloqueados?



Entre as 123 vítimas analisadas, **81** (65,9%) **tiveram bens e recursos financeiros bloqueados**, contra **42** (34,1%) **que não sofreram essa medida**. O resultado evidencia que a constrição patrimonial tem sido aplicada de forma predominante, funcionando, em muitos casos, como uma condenação à insolvência civil em razão das multas milionárias e bloqueios que comprometem a vida econômica e social dos atingidos.

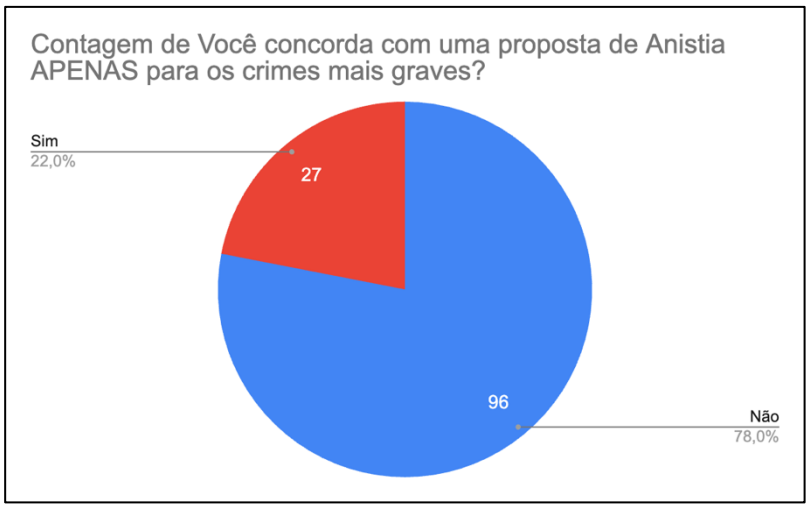
2.10. Pergunta: Você concorda com uma proposta de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita?



Entre as 123 respostas analisadas, 119 manifestaram concordância com a proposta de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, enquanto apenas 4 se posicionaram contra. O apoio de 96,7% demonstra um consenso quase unânime em torno da medida. A pequena parcela que votou "não" provavelmente expressa a convicção de que o ideal seria a **anulação integral dos processos**, medida que corrigiria de forma mais justa e plena as ilegalidades denunciadas.

No entanto, essa solução depende exclusivamente do Poder Judiciário, que até o momento não sinalizou na direção de corrigir seus próprios erros. Já a anistia é de competência do Congresso Nacional e, portanto, vista pela maioria como o caminho mais viável e realista para cessar as violações às vítimas do 08 de janeiro.

2.11. Pergunta: Você concorda com uma proposta de Anistia APENAS para os crimes mais graves?



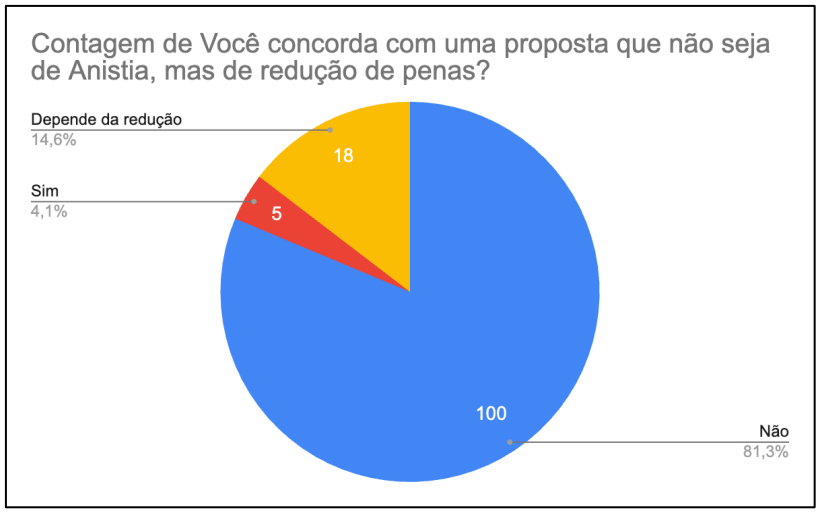
Entre as 123 respostas analisadas, 27 pessoas (22,0%) se disseram favoráveis a uma proposta de anistia restrita apenas aos crimes mais graves, enquanto 96 (78,0%) se manifestaram contrariamente. A ampla maioria rejeita essa ideia porque uma anistia limitada deixaria de fora a grande parte das vítimas. Do total de **1.628 ações penais instauradas no 8 de janeiro, 1.110 são relativas aos chamados crimes menos graves**, justamente aqueles que não seriam alcançados por uma anistia parcial.

Assim, a percepção predominante é que somente uma anistia mais ampla poderia minorar de forma efetiva as injustiças, contemplando tanto os acusados dos crimes graves quanto os enquadrados nos crimes menores, que representam a maioria absoluta dos atingidos.

Entre os 27 respondentes que se disseram favoráveis a uma proposta de anistia apenas para os crimes mais graves, a grande maioria (24, ou 88,9%) está justamente enquadrada nesse grupo de acusações mais pesadas. Isso mostra uma tendência de autoproteção: aqueles que enfrentam as penas mais duras enxergam nessa modalidade de anistia uma saída possível.

Já uma minoria (3 pessoas, ou 11,1%) respondeu "sim" mesmo estando acusada apenas dos crimes menos graves, o que pode indicar uma visão mais solidária, já que uma anistia parcial não o atingiria ou ao seu familiar, mas ajudaria os condenados por crimes mais graves.

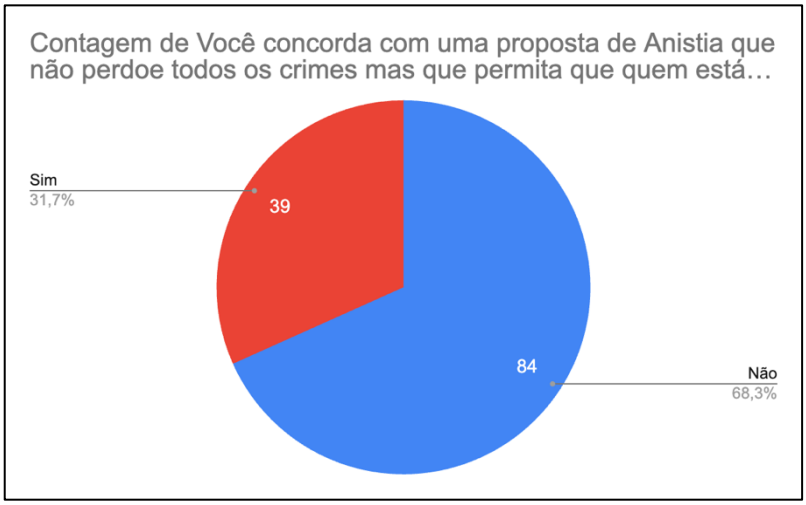
2.12. Pergunta: Você concorda com uma proposta que não seja de Anistia, mas de redução de penas?



Entre as 123 respostas, a posição predominante foi a rejeição à proposta de substituição da anistia por uma redução de penas: 100 pessoas (81,3%) disseram **não**. Apenas 5 (4,1%) manifestaram apoio direto à ideia, enquanto 18 (14,6%) se mostraram abertas a considerar essa alternativa, mas condicionando a aceitação ao tamanho da redução. Esses dados confirmam que a **grande maioria entende a redução de penas como insuficiente**,

reforçando a preferência clara pela anistia como solução efetiva. O grupo intermediário ("depende") demonstra alguma margem de negociação, mas ainda representa uma minoria diante do consenso contrário.

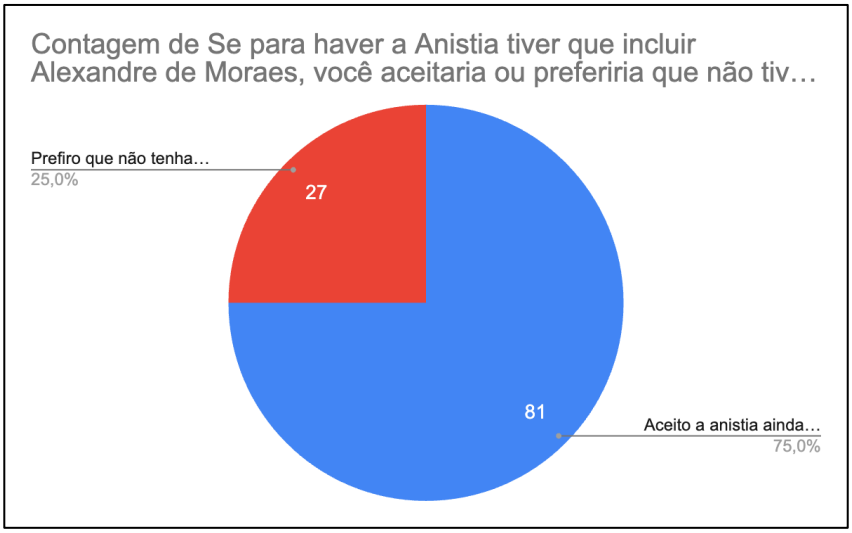
2.13. Pergunta: Você concorda com uma proposta de Anistia que não perdoe todos os crimes, mas que permita que quem está preso seja solto e quem está refugiado possa retornar?



Entre as 123 respostas, 39 pessoas (31,7%) se mostraram favoráveis a uma proposta de anistia que, mesmo sem perdoar todos os crimes, teria como efeito imediato a soltura dos presos e o retorno dos refugiados. Outras 84 (68,3%) rejeitaram essa alternativa. Esse resultado, embora mantenha a maioria contrária, representa um nível de apoio **mais elevado do que na anistia parcial (22%)** ou na proposta de simples **redução de penas (apenas 4%)**.

O tom mais **humanitário e pragmático** dessa formulação explica esse crescimento: ainda que não represente o cenário ideal (a anistia ampla, geral e irrestrita, que teve quase unanimidade), ela foca em resolver duas situações vistas como urgentes: a liberdade dos que permanecem presos e o retorno dos que estão fora do país. Esse viés realista faz com que parte dos entrevistados, mesmo preferindo a solução integral, aceite essa saída como mais factível diante do contexto político e jurídico.

2.14. Pergunta: Se para haver a Anistia tiver de incluir Alexandre de Moraes, você aceitaria ou preferiria que não tivesse anistia?

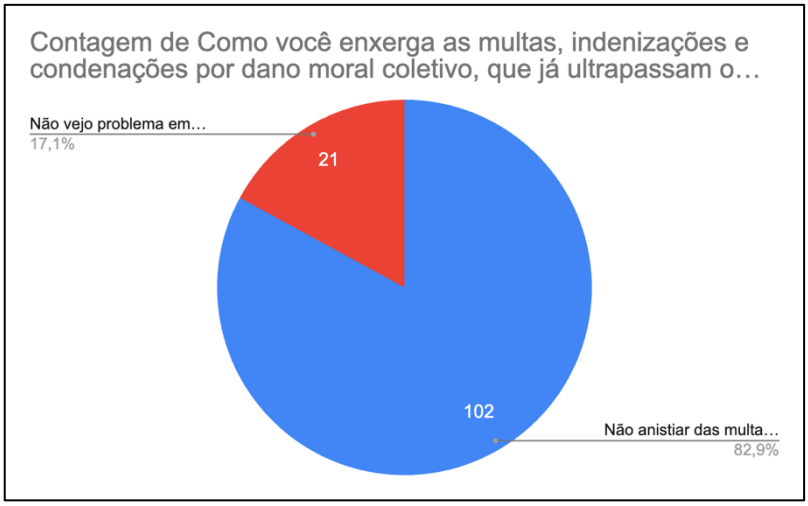


A formulação dessa pergunta foi especialmente sensível, pois envolve diretamente a figura do ministro Alexandre de Moraes, que é o principal responsável pelas prisões e condenações do 8 de janeiro. Perdoá-lo, portanto, significa para muitos um ato de renúncia dolorosa, quase de desespero, em troca da própria liberdade ou da solução do drama familiar.

Mesmo nesse cenário emocionalmente carregado, dos **108 respondentes válidos, 81 (75%) disseram aceitar a anistia ainda que incluísse Moraes**, demonstrando a força do desejo de resolver sua situação, mesmo ao custo de tolerar o perdão ao maior responsável pela perseguição. Outros **27 (25%) preferiram rejeitar a anistia nesses termos**, sinalizando que para eles a anulação das condenações ou uma solução política que não envolvesse perdoar Moraes seria a única saída aceitável.

Esse resultado mostra que, ainda que a anistia ampla seja vista como ideal, muitos aceitariam concessões difíceis apenas para encerrar o sofrimento imposto, revelando a gravidade da condição em que se encontram as vítimas.

2.15. Pergunta: Como você enxerga as multas, indenizações e condenações por dano moral coletivo, que já ultrapassam o valor de R$ 75 milhões de reais?



A imensa maioria (82,9%) entende que **manter multas, indenizações e dano moral coletivo (que já superam R$ 75 milhões) inviabiliza a anistia na prática**, por impor uma espécie de "condenação à miséria"/insolvência civil ao longo do tempo.

Apenas 17,1% aceitariam anistiar os crimes mantendo as condenações patrimoniais. Esse resultado é coerente com outras respostas: além do alto valor agregado das sanções, uma parcela expressiva das pessoas teve bens e recursos bloqueados (81 de 123, isto é, 65,9%), o que reforça a percepção de que as penalidades econômicas funcionam como punição de longo alcance, atingindo também as famílias.

Em síntese, as pessoas veem anistia sem perdão das dívidas coletivas como insuficiente: anistiar apenas o aspecto penal, deixando as condenações financeiras, não resolve o problema central para a maioria.

3. Conclusão

A análise dos dados coletados na pesquisa evidencia um quadro grave de abusos cometidos pelo Supremo Tribunal Federal na condução dos processos relacionados ao 8 de janeiro. Quase metade das vítimas possui mais de 50 anos, incluindo idosos acima de 60 anos, o que reforça a desproporcionalidade das medidas aplicadas contra uma população particularmente vulnerável.

A maioria enfrenta acusações classificadas como "mais graves", que impedem o acesso a acordos de não persecução penal. Além disso, 65% já foram condenados, índice muito superior à média geral dos processos, recebendo penas que chegam a 14, 16 ou 17 anos, patamares mais severos do que aqueles usualmente aplicados a crimes violentos no país.

Outro dado alarmante é que mais de 65% tiveram bens e recursos bloqueados, o que, na prática, representa uma condenação à insolvência civil e à miséria, atingindo não apenas os acusados, mas também suas famílias.

Diante desse cenário, o apoio à anistia ampla, geral e irrestrita é praticamente unânime entre os respondentes, enquanto propostas parciais como anistia apenas para crimes graves ou simples redução de penas, foram amplamente rejeitadas, pois deixariam de fora a grande maioria das vítimas.

O ponto mais revelador, contudo, está no contraste entre o desejo ideal das famílias (a anistia plena) e o desespero que as leva a aceitar concessões dolorosas, como admitir uma anistia limitada ou até incluir Alexandre de Moraes no perdão, apenas para pôr fim ao sofrimento que se arrasta há quase três anos.

A conclusão inevitável é que a dimensão do trauma e da injustiça sofrida é tão grande que a busca por alívio imediato supera até mesmo convicções profundas. Esse é o retrato mais contundente da pesquisa: famílias dispostas a renunciar ao ideal de justiça por uma saída concreta que lhes devolva dignidade e paz.

Em conclusão, os resultados da pesquisa demonstram que os processos conduzidos pelo STF extrapolaram os limites constitucionais, transformando-se em instrumento de perseguição política.

As prisões alongadas, as condenações desproporcionais e os bloqueios patrimoniais configuram um padrão de abusos que não encontra cessação no âmbito judicial cabendo ao Congresso Nacional promovê-la. O clamor das vítimas pela anistia expressa não apenas uma demanda política, mas a necessidade urgente de corrigir injustiças e restaurar a dignidade de milhares de famílias atingidas.

GABRIELA RITTER
Presidente da ASFAV

EZEQUIEL SILVEIRA
Advogado da ASFAV

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINA BARRETO SIEBRA
Data: 06/05/2024 14:27:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CAROLINA SIEBRA
Advogada da ASFAV

ANEXO I – Manifestações dos respondentes

- 'Vejo que todas as opções acima é benéfica para quem está sofrendo. Tenho que qualquer fora de ter minha mãe de volta em casa , com a família ,e fazendo seu tratamento é válido até termos outras opções, o que não pode é essas pessoas ficarem esquecidas em uma penitenciária ou hospitais judiciários como criminosos e não tendo os direitos previstos pela constituição.'
- 'A meu ver, a única forma de resolver, é pautando a ANISTIA geral e irrestrita na câmara. Pois somente assim, teremos nossos direitos preservados e paz para viver em liberdade, pois não conetemos crime algum.'
- 'Essas condenações é um crime contra a humanidade, as pessoas são livre para se manifestarem, não existe nada que sustente a narrativa de tentativa de golpe de estado. Pra mim só existe uma Anistia... a Ampla, geral e irrestrita. Os deputados e senadores que criem vergonha na cara.'
- 'Quem tem sangue nas mãos não pode ter direito a Anistia.'
- 'Anistia agora seria prioridade pelas pessoas inocentes q estao presos , mas os patriotas NÃO cometeram nenhum crime , O certo seria anular toda essa palhaçada guiada por Alexandre de Moraes .'
- 'Não concordo com a redução de pena pois a vítima não fez nada do que está sendo condenada.'
- 'Aceito qualquer coisa, desde que ele saia da cadeia.'
- 'A melhor maneira, no meu entender, seria a anulação de todos os processos pelo STF, ou o perdão presidencial, como aconteceu nos Estados Unidos. Mas, o que temos de concreto é o projeto de lei da Anistia, vamos lutar para que ele saia o mais amplo possível, com foco na anistia para os condenados do 8 e 9 de janeiro.'
- 'Uma alternativa a Anistia que permita ninguém permanecer preso é interessante, porque no futuro nada impede que, quando tivermos um presidente da república de direita e um congresso massivamente direitista, podemos aprovar Anistia ampla.'

- 'Anistia completa. Mesmo que o Alexandre de Moraes também seja anistiado, a anistia se faz necessária. O mal que está sendo feito a milhares de pessoas precisa ser cessado.'
- 'Que todos sejam anistiados, visto que não cometeram crimes. Se for for necessário que o AM entre nessa também, tudo bem. A justiça será feita em algum momento. Ninguém escapa da colheita.'
- 'Os deputados não podem abaixar a cabeça para o STF as famílias estão sofrendo demais.'
- 'Familiares, incluindo mães e filhos, têm sofrido consequências emocionais e de saúde devido à ausência prolongada, com relatos de ansiedade, depressão e problemas físicos pela demora de resolver essa situação.'
- 'Eu sou contra a anistia. Entendo que é o mais "rápido" para quem está preso e OK. Mas, se for pensando no geral, eu acho que não é justo. Imagine uma vida onde todos ficaram pensando que você só foi solto por conta de um perdão. Perdão do que se nenhum desses crimes são reais? Eu sou a favor da anulação do processo, OU, que possamos ir para a primeira instância e ter um julgamento REAL. Quem quebrou que pague (mas o valor real é não esse absurdo). Quem entrou no prédio, mesmo que para se proteger (que é meu caso) , que pague por isso. Eu só quero que seja tudo feito dentro da lei. Da nossa constituição. Não estou pedindo NADA de errado, apenas o justo. Não quero ser lembrada por quem "foi perdoada", isso porque eu não cometi nenhum desses crines. Bom, eu entrei no prédio para me proteger, e entendo que mesmo que tinham policiais ali dentro deixando, eu deveria ter sido inteligente e não ter entrado, mas na hora eu não estava entendendo nada e não pensei. Enfim. Como eles podem resolver? Bom, eu não sei. Só sei que quero voltar para a minha casa. Só sei que quero poder voltar a trabalhar e poder sonhar novamente. Só peço o justo. Nada fora disso.'
- 'Fico triste e indignada, pois minha família sofre com essa situação que acaba atrapalhando nossa vida financeira e a nossa saúde. Meu esposo com tornozeleira chegou a ficar três meses presos e eu com os meus dois filhos passamos por muita dificuldade e agora a dois anos com essa tornozeleira correndo o risco de voltar para a cadeia. Mas tenho muita fé em Deus que todos conseguiram essa anistia e ficaram livres de todas as acusações.'

- 'A maneira mais rápida e eficiente para resolver essa questão e começar a fazer justiça aos Patriotas é a revogação dos arts. 359-L e 356-M do Código Penal. Será mais rápido e mais fácil do que tramitar a anistia.'
- 'Não cometi nenhum crime, nunca tive problemas com a justiça, fiquei 7 meses presa injustamente, quero meus direitos, quero meu nome limpo e ser indenizada por tudo que estou sofrendo desde o dia 8 de janeiro 2.023.'
- 'As autoridades deveriam parar deste "jogo de estica e puxa" e lembrar que muitas famílias estão destroçadas. Sei que existem muitos que estão engajados nessa luta para que essa crueldade acabei logo. Na verdade isso não foi uma condenação,foi uma maldade, tão desumana, em nome de uma democracia que já não existe mais. Vejo isso, pela situação do deputado Ramagem, onde 315 deputados ou mais votaram para que a ação penal não desse seguimento no STF, e os ministros no dia seguinte foram lá e derrubaram. Sinto que isso aconteceria da mesma forma com a Anistia, caso não se aceite o jogo do STF. Reduzir as penas absurdas, desproporcionais e injustas como se fosse um favor que os ministros estão nos fazendo após dois anos de dor e sofrimento.'
- 'Não concordo com a redução de pena, pois a vítima não fez nada do que está sendo condenada.'
- 'Não concordo com redução de pena pois não fiz nada do que estou sendo acusada e já fiquei 7 meses presa sendo inocente.'
- 'A situação é estarrecedora,injusta,ninguém tinha que ser preso,condenado ou usar tornozeleira,pois não praticaram nenhum crime,e o relator precisa devolver a liberdade para todos injustçados,inclusive os que estão exilados. Para mim as autoridades.,têm que tomar essa pauta,já que esse assunto é do judiciário e colocar o ministro em seu devido lugar,e acabar de vez com esse sofrimento das vítimas que se arrastam por mais de 2 anos,basta.'
- 'É tudo um absurdo, não houve golpe, tem que haver anistia completa e inrestrita.'
- 'Tudo o que houve foi uma grande armação do sistema para calar uma nação. É uma grande injustiça o que está acontecendo, pois não apenas os que foram condenados estão sofrendo, mas nós como família também estamos sofrendo os danos. Por exemplo, minha família está sofrendo grandes restrições, onde até mesmo o nosso único carro não pode

circular, e com isso não podemos nem ao menos trabalhar. Minha cidade não tem transporte público e os ubers são extremamente caros. Não queremos vender o veículo, muito menos transferir, apenas queremos a circulação do carro para podermos sobreviver.'

- 'O desejo é que houvesse a anistia geral, mas se tiver a redução de pena que possibilite nossos familiares voltar para casa já será de grande alívio e tmb o desbloqueio dos nossos bens é muito necessário.'
- 'Primeiro esse processo está todo fora da legalidade pois não temos fôroprevilegiado e não cometeram crime algum pois temos o direito de se manifestar a Constituição nos assiste já que condenaram todos num só pacote e sem individualização do processo legal o que nos resta é lutarmos p aprovar a Anistia !'
- 'No mínimo os processos deveriam ser levados à primeira instância.'
- 'Fui exercer meu direito pacificamente não cometi crime algum e desafio a provar que sou culpado, cadê as câmeras, cadê as provas? Todos os processos devem ser anulados.'
- 'Entendo que todos as acusações são infundadas, pois foi uma armação da esquerda para o povo. Então o certo não seria nem anistia, pois todos os inquéritos e processos contra essas pessoas são nulos. Mas a anistia é que temos na mão para a liberdade mais rápido das pessoas que estão sendo injustiçada. Mas não vejo como passar essa pauta nas casas legislativas pois todos tem o rabo preso na justiça.'
- 'Defendo anistia para os invasores sem multa de depredação e condenação para os depredadores.'
- 'Não concordo com a anistia pois a vítima não fez nada para do que fez acusada.'
- 'As autoridades deveriam tomar providências e pegar os verdadeiros culpados,porque tem muitas famílias sofrendo, longe dos filhos, perdendo suas vidas....Deus salve seu povo não aguentamos mais tanto sofrimento.'
- 'Só aceito ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA SEM ALEXANDRE DE MORAES.'
- 'A anistia vai beneficiar muitos inocentes ,pois na minha opinião eles na cometeram crime algum, mas vai beneficiar alguns também que cometeram sim alguns crimes mas leve.'

- 'Boa tarde é com muitas lágrimas que respondi essas questões porque não acredito ainda que meu irmão está tão longe de mim em tratamento de câncer e pra ficar pior a esposa e filhos separados do pai e todos menores nunca tive que ficar longe dele mais pôr saudade falta de Deus e amor mus tiraram acho tudo isso um crime contra quem não deve mais a justiça de Deus logo vêm é essa justiça que eu tô aguardando com certeza o meu Deus não falha amém 🙏'
- 'Que eles anitiar as vítimas do 08/01 que façam justiça, e caso precise anistia Alexandre que assim seja.'
- 'Isso é o maior absurdo da história do Brasil.'
- 'Grande injustiça com cidadão de bem a solução está em aplicar o diz a constituição brasileira.'
- 'Na verdade está tudo errado deveria mesmo er anular tudo,pois o STF não tem competência para nós julgar.'
- 'Pelo amor de Deus, não tem cabimento oq está acontecendo, senhores parlamentares por favor resolva nossa ANISTIA, não deixem mais nada ser pautado na camara a não ser nossa.'
- 'Essa situação tem q chegar ao fim.'
- 'A pergunta mais difícil foi concordar com a anistia de AM.'
- 'Não adianta só ter a anistia e o Moraes continuar no poder. Ele vai continuar perseguindo toda a direita! Tem que anular todos os processos do Alexandre de Moraes e colocar ele na cadeia.'
- 'Acredito que o país precisa de pacificação para o bem de todos.'
- 'Só quero sair desse pesadelo.'
- 'A ridícula ideia de somente UM deputado PSol em fazer greve de fome funcionou, talvez com mais deputados fazendo greve de fome... seria uma opção, ou os deputados fazerem um levante para retirar o presidente da câmara uma vez que fez uma exigência para colocar em pauta a anistia e depois de atendida não o fez, depois condicionou outra condição e mesmo depois de ter a maioria da câmara a favor ainda se nega a colocar em

pauta. se não for para atender a maioria, isso prova que lá também é uma casa não democrática, assim como o senado.'

- 'Anistia já é absurdo porque não houve crime, uma vez que não apresentaram as imagens. Os processos deveriam ser extintos.'
- 'Acredito piamente que a Esquerda com o aval da Justiça planejou o 08/01, perseguição política a Direita, principalmente ao presidente Bolsonaro. O problema será resolvido pela Anistia, método mais simples para resolver com urgência, entretanto, a anulação de todos os atos praticados pelo Ministro Alexandre de Moraes seria o correto, em razão de que os respectivos atos praticados pelo Mesmo, foram e são inconstitucionais.'